



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12043 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

TESES FUNDAMENTAIS PARA O BALANÇO DOS DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Elza Margarida de Mendonça Peixoto - UFBA - Universidade Federal da Bahia

TESES FUNDAMENTAIS PARA O BALANÇO DOS DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Introdução:

Entendemos que conhecer os desafios da formação dos professores em relações de produção marcadas pela acirrada concentração das forças produtivas exige compreender, na divisão social do trabalho, a posição reservada aos professores nestas relações de produção. A tese que estamos defendendo neste artigo, é que o lugar dos professores na formação social brasileira se encontra determinado pelo lugar da classe trabalhadora nestas relações de produção, no duplo sentido de que (i) cabe aos professores a formação da classe trabalhadora e de que (ii) transformações nas relações de produção empurram cada vez mais os professores para a tarefa de produção e circulação do valor, determinante das relações de produção capitalistas (MARX, 1989). Argumentamos que não podemos mapear os desafios da formação de professores sem compreender rigorosamente as tendências da formação da classe trabalhadora como um todo, intimamente correlacionadas com as tendências na projeção ultraliberal para o emprego da força de trabalho disponível na formação social brasileira. Ou seja, o emprego da força de trabalho-professor depende diretamente da projeção ultraliberal das políticas para o trabalho e formação da classe trabalhadora como um todo.

Estabelecida esta conexão teórica mais geral, um adequado mapeamento dos nexos das relações entre trabalho e formação na formação social brasileira demanda levantar os dados sobre as políticas que indicam a direção da geração de empregos, e, decorrente destas, as demandas por formação. As políticas de emprego são reconhecíveis nos dados sobre os setores econômicos que estão em franco processo de desenvolvimento e crescimento e os setores que estão atrofiando e desempregando trabalhadores, reconhecendo-se que há uma

articulação indissociável entre injunções/incentivos promovidas pelo Estado e os interesses privados dos proprietários das forças produtivas, incluindo aí o capital financeiro.

A título de exemplo, citamos os Eixos que organizam os Cursos Superiores de Tecnologia que são ofertados no Brasil (MEC, SEPT, 2022): Ambiente Saúde, Processos Industriais, Desenvolvimentos educacionais e sociais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Militar. A análise cuidadosa deste catálogo possibilita reconhecer as tendências de projeção econômica que eles refletem, assim como a correspondente formação de trabalhadores projetada para uma profunda divisão social do trabalho.

A questão fundamental nos parece ser *compreender, nos rumos das políticas educacionais, a correlação de forças econômicas que determinam e favorecem uma dada direção* para estas políticas educacionais, e como esta direção impacta as políticas de emprego e formação dos professores. Estamos desafiados a listar o conjunto das políticas que indicam o acirramento do avanço dos interesses privados pela educação da classe trabalhadora e as suas tendências, em termos imediatos e históricos. Isto é mesmo fundamental no esforço de evidenciar as múltiplas determinações que fazem da educação e da *força de trabalho-professor, mercadorias hiper valorizadas nestas relações de produção*. Sob nenhuma hipótese, entretanto, esta hipervalorização deve ser tratada como tendência de expansão de vagas, de melhoria do pagamento desta força de trabalho ou mesmo de campanhas de valorização subjetiva. Pelo contrário, há grande probabilidade de redução do contingente de trabalhadores-professores e de sua substituição por profissionais subespecializados e por tecnologias de informação e comunicação que receberam importante impulso com a pandemia de covid 19. A hipervalorização a que nos referimos aqui, remete-se à escolha privilegiada da educação como lócus dos investimentos do capital para promover a extração da mais valia sobre o trabalho dos professores e a expansão do valor. Compreender esta dinâmica nos parece fundamental na atual conjuntura, e exige reconhecer os indicadores de direção das políticas de formação de professores. Antes, consideremos dos dados sobre a demanda mais geral por formação.

Demanda pela educação na formação social brasileira:

Ao afirmar que o destino dos professores na América do Sul, encontra-se profundamente atrelado aos destinos da classe trabalhadora o dizemos no duplo sentido de que que a função social da força de trabalho-professor hoje refere-se à educação e à instrução da classe trabalhadora para que esteja apta a ocupar postos de trabalho; e à medida em que os próprios professores compõem a classe trabalhadora.

Podemos reconhecer funções mais gerais do sistema educacional que determinam as tarefas da forma de trabalho abstrata professor, tais como:

- (a) na educação infantil, substituição de tarefas da família para liberação da força de trabalho feminina para o mercado (sem a existência dos professores, tornar-se-ia praticamente impossível a escolarização feminina, que, aliás, é o gênero predominante na composição do professorado brasileiro);
- (b) regulação do mercado de trabalho pela absorção/organização institucional da força de trabalho supérflua durante determinado período de tempo, “[...] como um sistema de custódia designado para administrar uma classe de pessoas deslocadas pela tecnologia” (OFFE, 1990, p. 32, p. 46) na qual os professores são os executores mais diretos desta tarefa, mas não os únicos;
- (c) o aspecto do controle ideológico cuja síntese de Aníbal Ponce (2007, p. 36) se faz mais apropriada, quando a firma que, “[...] toda educação imposta pelas classes proprietárias deve cumprir três finalidades essenciais”, quais sejam, “[...] destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga; consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante; e prevenir uma possível rebelião das classes dominadas”. Esta discussão também vai encontrar-se detalhadamente desenvolvida em OFFE (1990)

No terceiro caso, cabe sempre o alerta de Saviani (1983, p. 19-39) sobre a necessidade de considerar que também na escola há contradições, e nesta perspectiva, nenhum controle ideológico é absoluto nem tampouco pode ser admissível uma expectativa ingênua de promover do chão da escola uma revolução. Mas há contradições e movimento. Considerando-se a tese do concreto como síntese de múltiplas determinações em constante movimento e mudança, há na formação social brasileira exemplos diversos de como, por dentro da escola, o movimento estudantil e o movimento docente foram mobilizadores fundamentais dos processos de organização da classe trabalhadora em processos de lutas que foram determinantes na atenuação das pressões do sistema de controle das relações de produção presentes na formação social brasileira sobre a classe trabalhadora.

Os esforços que o Estado mantém (mesmo em meio a um apagão de dados como o que temos constatado durante o Governo Bolsonaro) para levantar e tornar públicos os dados sobre a escolaridade (INEP, 2019, 2020, 2021), poderiam, por si só, ser tomados como indicadores significativos das contradições que medeiam o papel da escolaridade na formação social brasileira, em que se destaca o acirramento dos interesses capitalistas sobre esta formação. Por ora, para destacar a demanda por educação realmente existente, anotamos os dados do IBGE-Educação (2019) que evidenciam que – de uma população total projetada (IBGE, 2020) de 214.763.443 pessoas no ano de 2019 (sendo 65% desta população maior de 25 anos – 139.596.238) – 6,4% (8.934.159,23) de pessoas com mais de 25 anos não possuem instrução; 27,4% (38.249.369,2) desta população possui apenas ensino médio completo e apenas 17,4% (24.289.745,4) possui ensino superior completo. Quando considerada a população analfabeta com mais de 15 anos, o IBGE registra 11 milhões de analfabetos (IBGE, Educação, 2020)! Completa este quadro dos apenas 386.073 professores em exercício no ensino superior, (cerca de 339.951 na rede pública Municipal, Estadual e Federal) 64.182 são

apenas especialistas, 144.074 são mestres e 177.017 são doutores (INEP, 2020, p. 7 e 9). Estamos falando, em uma população, estimada em 20.07.2022, de 214.873.428 habitantes, com o aumento estimado de um indivíduo a cada 21s! O capital não ignora esta massa potencial de necessidades educativas diversas. Na verdade, ele opera com estas necessidades educativas, estabelecendo os limites desta formação e reconfigurando os processos de extração de mais valia e de circulação do valor entre as esferas públicas e privadas. Entendemos ser urgente estudar os dados sobre o sistema nacional de educação realmente existente para tratar de forma concreta a formação de professores. Ou seja, não nos ajudam definições abstratas acerca da educação em geral. Pelo contrário, nos parece ser o momento de reconhecer, em suas múltiplas determinações, a forma concreta do sistema educacional brasileiro, surpreendendo ai o maior desafio, e que me parece, nos tem escapado: as formas concretas de ser professor na formação social brasileira estão justamente determinadas pelos contraditórios interesses das frações dominantes no controle das forças produtivas e das relações de produção na formação social brasileira, direcionando a formação de professores para o lugar em que almejam posicionar a formação da classe trabalhadora.

Referências para o reconhecimento da direção da formação da classe trabalhadora – a base objetiva que aponta a direção da formação de professores:

Estamos defendendo neste texto que a delimitação dos desafios para a formação de professores é radicalmente exigente. O desenvolvimento da divisão social do trabalho, o aparecimento de maior diversidade de subcategorias de profissionais vai reconfigurando a forma de ser do professorado brasileiro, impossibilitando qualquer esforço de generalização de um programa de formação de professores de caráter universal. Reconhecer as transformações na forma de empregar a força de trabalho-professor é passo urgente que exige a análise da estrutura do sistema nacional de educação realmente existente na formação social brasileira. Aqui, há desafios de ordem das transformações nas forças produtivas e nas relações de produção que ocorrem em uma formação social subordinada à divisão internacional do trabalho. Assim, reconhecer os embates no seio da formação social brasileira, em direção mais geral, ora a um projeto nacional de desenvolvimento e ora à redução do Brasil a produtor e exportador de commodities dando atenção ao modo como estes embates vão se expressar em projeções da formação da classe trabalhadora brasileira é muito interessante e exige, simultaneamente, atenção ao desenvolvimento histórico destes processos. Mas há forma objetivas do trabalho dos professores que já estão em movimento na formação social brasileira que escapam ao debate que trata a formação de professores de forma abstrata, apanhando-a apenas no âmbito dos serviços públicos. A divisão social do trabalho interna à formação social brasileira indica demandas por formação para estes setores que estão determinando, por exemplo, a direção dos Cursos Superiores de Tecnologia (MEC SEPT 2022). Da mesma forma, os processos de desenvolvimento de forças produtivas que estão expulsando imensos contingentes de trabalhadores das relações de produção, estão exigindo o aprimoramento da formação dos setores de Estado incumbidos de forma mais direta da contenção destes estores excluídos, como indicam os processos de transformação na formação

dos policiais militares nos Estados da Federação Brasileira, que incluem Cursos Superiores em Tecnologias de Segurança Pública. Apenas estes dois setores podem evidenciar as cadeias de formação de professores cada vez mais especializados em métodos e técnicas de formação focadas no domínio da técnica e de informações de usos mais imediatos em detrimento de qualquer expectativa de pensar e projetar o sistema como um todo. Sob estas condições, as lutas por uma formação omnilateral deparam-se com o movimento concreto do seu impedimento que devem ser adequadamente estudados, sob pena de proposições de formação efetivamente descoladas da realidade.

Referências:

IBGE **Conheça o Brasil – População**. Educação. Pirâmide Etária. 2020.

IBGE **Conheça o Brasil – População**. Educação. 2020.

INEP. **Anuário estatístico da educação profissional e tecnológica de 2019 (versão preliminar)**. Brasília: MEC/INEP/DEED, 2021.

INEP. **Censo da Educação Básica (Resumo Técnico)**. Brasília: MEC/INEP/DEED, 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior – 2019 (Divulgação dos Resultados)**. Brasília: MEC/INEP, 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior – 2020 (Notas Estatísticas)**. Brasília: MEC/INEP/DEED, 2020.

INEP. **Censo escolar 2021 (Divulgação dos Resultados)**. Brasília: MEC/INEP/DEED, 2021.

MEC SEPT 2022. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2022

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 14-16.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação – contribuições à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 35, p. 32-46, abr. 1990

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTO, R. **Escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas**: constatações, diferenças e oportunidades de negócios. 2021. Disponível em: <https://mercadoeducacao.com.br/escolas-comunitarias-confessionais-e-filantropicas-constatacoes-diferencas-e-oportunidades-de-negocios/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAVIANI, D. Teorias da educação e o problema da marginalidade. *In*: **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1987. P. 7-39.

SEMESP. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 11 ed. Ipiranga: SEMESP, 2021.

SUDRÉ, L. **Conheça a Escola Nacional Florestan Fernandes, há 15 anos formando militantes**. 2020.

UESPI. Universidade Estadual do Piauí. **UESPI e Polícia Militar realizam Curso de Formação de Oficiais**. 2015.